

POLÍTICA SEXUAL:

os direitos humanos LGBT entre o universal e o particular



POLÍTICA SEXUAL:

os direitos humanos LGBT entre o universal e o particular

ANDRÉA MOREIRA LIMA



© Relicário Edições
© Andréa Moreira Lima

CIP –Brasil Catalogação-na-Fonte | Sindicato Nacional dos Editores de Livro, RJ

L732p

Lima, Andréa Moreira

Política sexual : os direitos humanos LGBT entre o universal e o particular /
Andréa Moreira Lima. -- Belo Horizonte, MG : Relicário Edições, 2017.

300 p. ; 15,5 x 22,5 cm.

Inclui referências, apêndices A,B

ISBN: 978-85-66786-47-7

1. Direitos civis e políticos. 2. Direitos dos homossexuais. 3. Psicologia
social. I. Título. II. Título : os direitos humanos LGBT entre o universal
e o particular

CDD 323

CONSELHO EDITORIAL

Eduardo Horta Nassif Veras (UNICAMP)

Ernani Chaves (UFPA)

Guilherme Paoliello (UFOP)

Gustavo Silveira Ribeiro (UFMG)

Luiz Rohden (UNISINOS)

Marco Aurélio Werle (USP)

Markus Schäffauer (Universität Hamburg)

Patrícia Lavelle (EHES/Paris)

Pedro Sússekind (UFF)

Ricardo Barbosa (UERJ)

Romero Freitas (UFOP)

Virginia Figueiredo (UFMG)

COORDENAÇÃO EDITORIAL Maíra Nassif Passos

CAPA Caroline Gischewski

DIAGRAMAÇÃO Ana C. Bahia

REVISÃO Pedro Furtado

RELICÁRIO EDIÇÕES

www.relicarioedicoes.com

contato@relicarioedicoes.com

*A Acrísio Luiz Gonçalves,
seu amor, companhia e contribuição trouxeram mais colorido
à minha vida, tornando a escrita mais leve e prazerosa.*



AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a cada um que, de alguma forma, contribuiu com minha caminhada na construção deste livro.

Aos entrevistados na pesquisa, pessoas com as quais tanto aprendi sobre a beleza da diversidade humana. Agradeço imensamente a vocês, que se dispuseram a estar comigo em momentos e lugares tão inusitados e que, mesmo assim, não se esquivaram de compartilhar suas histórias e vivências. Suas contribuições foram imprescindíveis à pesquisa.

A Marco Aurélio Máximo Prado, que abriu a primeira porta para a realização deste sonho. Você é a referência norteadora desta pesquisa, mesmo antes de ela existir, quando, em 2006, iniciamos nossos trabalhos de parceria entre política pública, academia e militância. Ao acreditar que, na minha trajetória, havia um saber construído coletivamente que deveria ser melhor sistematizado e compartilhado, possibilitou-me crescimento acadêmico e incentivo para novas caminhadas.

A James Green, a quem tive a honra de conhecer nos meus tempos de gestão pública. Desde então, aprendo muito com seu conhecimento e experiência, tanto por ser um pesquisador e ativista de destaque internacional quanto por ser uma pessoa sensível e acolhedora. Sua presença e palavra, em momentos de grande importância, principalmente na banca de defesa da tese, foram fundamentais para que eu me sentisse mais incentivada a trilhar novos caminhos e produções.

À Ana Cristina Santos, minha coorientadora do período de estudos de doutoramento em Portugal. Suas contribuições teóricas e ativistas foram fundamentais à pesquisa de campo realizada neste país, e para (re)escrever esta história. O seu jeito cuidadoso de me receber, como nos seus dizeres, para a “Bolsa Bacalhau”, fez toda a diferença nas minhas inserções portuguesas.

Aos membros das bancas de qualificação da tese e de defesa do doutorado. Em especial, agradeço à Lúcia Afonso, que desde o início da minha

trajetória profissional tem sido uma grande referência intelectual, compartilhando saberes e me dando força, afeto e incentivo nos momentos de maiores desafios; e ao Frederico Viana Machado, que sempre foi um grande interlocutor na vida acadêmica, contribuindo para a ampliação de novos olhares e estudos.

Ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e, em especial, a Cornelis van Stralen, Cláudia Mayorga e demais professores da linha de pesquisa em Psicologia Social, do Curso de Doutorado em Psicologia da UFMG.

Ao Centro de Estudos Sociais (CES) e à Universidade de Coimbra, em especial a Boaventura de Sousa Santos e Cecília McDowell, pelos instigantes ensinamentos nas aulas e nos corredores, bem como pela forma receptiva de compartilhar espaços poéticos e amistosos com seus alunos.

À Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa durante o período de estudos de doutoramento no CES, da Universidade de Coimbra, em Portugal. A bolsa de Estágio de Doutorado Sanduíche no Exterior, fornecida por esse órgão de fomento à pesquisa, ampliou minhas possibilidades de estudos e percepções sobre a diversidade humana.

Ao Movimento Social LGBT de Belo Horizonte, em especial a Carlos Magno, Soraya Menezes e Walkíria La Roche, com os quais aprendi muito e tive a oportunidade de compartilhar uma década de ações políticas conjuntas.

Ao Movimento Social LBGT de Portugal, em especial a Paulo Jorge Vieira, Cassilda Pascoal, Mário Dinis e Daniel Medina. O apoio e companhia de vocês foram imprescindíveis no aprofundamento da coleta dos dados e nas experiências de ativismo em Portugal.

À Coordenadoria Municipal de Direitos Humanos (CMDH), ao Centro de Referência LGBT (CRLGBT), ao Centro de Atenção às Vítimas de Violência (CAVIV), à Secretaria Municipal Adjunta de Direitos de Cidadania (SMADC) e à Secretaria Municipal de Políticas Sociais (SMPS), por serem parte do alicerce desta produção. Nesses espaços construí queridas amigas, queridos amigos e grandes parceiros de trabalho ao longo da minha trajetória profissional.

Às amigas e amigos do doutorado da UFMG, do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT (NUH) e do Núcleo de Psicologia Política (NPP), pelas trocas de conhecimentos e amizade.

Às amigas e amigos do doutorado da Universidade de Coimbra e aos amigos portugueses e brasileiros com os quais convivi no período de moradia em Portugal, pelas pesquisas, ativismos e alegrias compartilhadas.

Às amigas e amigos do Centro Universitário UNA, pelo apoio, parcerias e interlocuções.

À minha mãe, meu pai, meu irmão, minha sogra, meu sogro e cunhados. Aos familiares de Belo Horizonte, de Coronel Murta e da Bahia, pelas alegrias e desafios compartilhados e pelas formas de incentivo, próprias de cada um/uma, nesta jornada.

Às amigas e amigos de ontem, hoje e sempre. Sou muito feliz e agradecida por ter a presença de cada um/uma de vocês em minha vida.



PREFÁCIO 13

APRESENTAÇÃO 17

INTRODUÇÃO 21

1. ENTRE O UNIVERSAL E O PARTICULAR:

para quem são os direitos dos direitos humanos? 33

1.1 Direitos Humanos na era das pluralidades: contribuições teóricas contemporâneas 41

1.2 A construção dos direitos LGBT como direitos humanos: endireitamento da sexualidade ou sexualização do direito? 59

1.3 A crítica a uma política sexual restritiva: contribuições dos estudos e ativismos feministas para os direitos humanos LGBT 65

1.4 Entre o universal e o particular: movimentos sociais, políticas e identidades 78

2. O CAMPO DE CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA DE DIREITOS LGBT:

análise de relatos e documentos públicos 105

2.1 Trajetória na área LGBT 106

2.1.1 Ativismo/militância 107

2.1.2 Poder Público 111

2.1.3 Trajetória mista: ativismo e serviço público 114

2.2 Marcos políticos da luta LGBT 117

2.2.1 Principais marcos internacionais 117

2.2.2 Principais marcos nacionais 121

2.2.3 Principais marcos municipais 126

2.3 Conquistas LGBT 128

2.3.1 Principais conquistas no Poder Legislativo 129

2.3.2 Principais conquistas no Poder Judiciário 134

2.3.3 Principais conquistas no Poder Executivo 138

2.4 Concepções de Direitos Humanos 143

2.4.1 Concepção Naturalista 143

2.4.2 Concepção Legislativa 143

2.4.3 Concepção Sócio-Histórica-Crítica 144

2.5 Interface entre Direitos Humanos e Direitos LGBT 145

2.5.1 Regulação 146

2.5.2	Emancipação	148
2.5.3	Universalidade, igualdade e generalidade	151
2.5.4	Particularidade, diferença e especificidade	158
2.6	Relação do movimento social com o poder público	161
2.6.1	Principais demandas/reivindicações do movimento social	162
2.6.2	Principais respostas do poder público	167
2.6.3	Diálogos e consensos	170
2.6.4	Tensões e conflitos	177
2.6.5	Resistência versus parceria	183
2.6.6	Cooptação versus parceria	184
2.7	A (não) institucionalização da política LGBT	188
2.7.1	Impactos no movimento social	188
2.7.2	Impactos no poder público	190
2.7.3	Impactos na sociedade civil	196

3. A (NÃO) INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA LGBT NO PODER PÚBLICO DE BELO HORIZONTE:
entre o universal e o particular 201

4. A (NÃO) INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA LGBT NO PODER PÚBLICO DE LISBOA:
entre o universal e o particular 227

**5. TRADUÇÃO DE EXPERIÊNCIAS DE IGUALDADE E DIFERENÇA NAS POLÍTICAS LGBT
DE BELO HORIZONTE E LISBOA 237**

CONSIDERAÇÕES FINAIS 265

REFERÊNCIAS 283

APÊNDICE A

Quadro com o perfil dos entrevistados em Belo Horizonte 294

APÊNDICE B

Quadro com o perfil dos entrevistados em Lisboa 296

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS 297

SOBRE A AUTORA 299

PREFÁCIO

A articulação dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (D-LGBT) no campo que se tornou mais estabelecido e institucionalizado internacionalmente dos Direitos Humanos tem uma longa e contraditória trajetória. Por meio de uma revisita a essa história é que podemos observar vários dilemas, perdas e ganhos, avanços e retrocessos, no campo dos direitos relativos às experiências LGBT.

Foi essa a tarefa a que se propôs realizar Andréa Moreira Lima em sua trajetória de doutoramento e que pude acompanhar até o momento de escrita deste livro. Entre as experiências brasileiras e portuguesas, a autora nos permite interrogar mais uma vez: para quem são os direitos dos direitos humanos?

Como uma estratégia política de visibilidade e pertencimento junto às instituições internacionais, aos tratados intercontinentais e às plenárias das organizações globais pelos direitos humanos com capacidade de incidência política sobre os Estados-nações e sobre as regulações internacionais de direitos humanos é que uma parte do ativismo LGBT articulou a voz dos direitos das experiências e identidades de gênero, de minorias sexuais e de pessoas em não conformidade com as designações normativas da medicina aos corpos no amplo campo de disputa dos Direitos Humanos.

O campo dos Direitos Humanos se estabeleceu a partir do reconhecimento de que várias minorias sociais, culturais e políticas não encontraram, nas legislações, garantia de direitos democráticos, nem internacional e nem nacionalmente. Sua voz e seu pertencimento, portanto, alguns dos direitos declarados, deveriam ser pauta mínima respeitada e garantida em todos os países signatários.

Isso se deu em face a um mundo dividido pela Guerra Fria e sufocado pelo pós-guerra da metade do século XX. Foi nesse contexto que o campo dos DH se firmou como um campo das chamadas minorias sociais, as

quais, ao menos intencionalmente, deveriam ser escutadas pelas agências internacionais do campo dos DH, sejam quais fossem as suas vozes, suas dores e suas especificidades. Mas nem sempre foi assim que os DH se consolidaram internacionalmente. As inúmeras interpretações possíveis do que vem a ser os DH no contemporâneo ainda insistem em alguns marcos de guerra em vários conflitos ao redor do mundo e na exclusão e desconsideração de muitos modos de vida.

Tratados internacionais, globais e intercontinentais com metas, proposições, referências técnicas e posições políticas são gestados no amplo espectro de um campo que, desde a Segunda Guerra Mundial, articula-se em torno da ideia de direitos do que viria a ser reconhecido como os direitos das minorias sociais. Mas, se por um lado, essa intenção tem dia a dia se tornado mais ilusão do que realidade e o campo dos DH tenha se tornado um campo muitas vezes limitado, mercantilizado e individualizado, ainda assim, por outro, abandoná-lo seria afogar ainda mais vozes pouco escutadas em seus direitos.

O campo dos DH está sujeito a inúmeras interpretações antagônicas, as quais, em conflito, rearticulam-se em torno da construção de uma posição hegemônica no mundo. Assim, atualmente, é um campo com um horizonte em disputa do que propriamente um recurso com destinatários e projetos em tela já totalmente definidos. Abandoná-lo poderia ser a desistência do fazer da política no sentido de alargar um campo em disputa.

Resta saber – e o trabalho deste livro nos permite contextualizar essa pergunta – se ainda vale a pena a luta no campo dos DH.

Internacionalmente, vemos o quanto os DH são insuficientes para lidar com as inúmeras injustiças sociais e o quanto que as hegemonias locais, nacionais e internacionais atuam na formatação do que viriam a ser os chamados direitos humanos de minorias, inclusive, muitas vezes descaracterizando completamente a construção histórica da experiência de minorias sociais e as reduzindo a especificidades sem nome.

Propositadamente, o livro de Andréa Moreira Lima, fruto de sua tese de doutoramento, encara o campo dos DH não como um campo estabelecido, mas como um horizonte político de disputas, lutas e contradições, como um campo de articulações entre as diferenças e as igualdades.

A autora, desde as suas primeiras pesquisas, vem se dedicando ao tema dos DH no âmbito das articulações com os D-LGBT. Foi a partir de sua pesquisa de doutorado que um fôlego maior sobre essas contradições

e os âmbitos das incidências políticas dessa articulação pôde produzir o formato desse livro.

A pesquisa teve como motivação questionar a retórica de que os DH são universais porque gerais e que os D-LGBT são particulares porque específicos. Sem dúvida, esse mote veio da participação da autora como gestora pública quando atuou no âmbito das políticas sociais em Belo Horizonte. Ali, enfrentara-se em demorado esse discurso sobre as dificuldades de tradução de direitos específicos para a agenda do que se constituía, na imagem de alguns discursos, um campo de direitos gerais e universais. A retórica, muitas vezes perspicaz e estratégica, supunha que universal era sinônimo de neutro e particular de específico, como se os universais não possuíssem faces, cheiros e marcas das experiências singulares em algum nível.

Em verdade, o que se queria dizer no espalhar do falso dilema entre direitos universais e particulares era a falência dos discursos universalistas dos direitos humanos para lidar com a pluralidade dos sujeitos políticos, suas especificidades, seus anseios por novos direitos, as formas de opressão ainda pouco desveladas e assim por diante. A pesquisa de Andréa Moreira Lima, que ora se expressa neste livro, problematizou essa falsa retórica, ampliou as bases de entendimento dos dilemas entre um discurso supostamente neutro e universal frente às experiências de sujeitos engendrados pelas suas expressões de gênero e sexualidade.

O trabalho que a autora levou adiante permitiu compreender os impactos do ativismo LGBT envolvido no campo dos DH e como as inúmeras contradições advindas daí foram sendo articuladas e rearticuladas no campo legislativo, executivo e judiciário. Além disso, a pesquisa apontou para elementos comparativos entre Brasil e Portugal, especificamente entre as cidades de Belo Horizonte e de Lisboa e seus respectivos ativismos.

Essa trajetória do trabalho de Andréa Moreira Lima permitiu compreender alguns dos dilemas que podem ser revelados a partir das experiências do ativismo LGBT e sua relação com o campo dos DH e com as institucionalidades locais que se traduzem em gestões de ações públicas, ainda que precárias e temporárias em ambos os países.

A pesquisadora traçou uma minuciosa tarefa de articular teorias e metodologias que permitissem discutir e debater como o campo dos D-LGBT foi engendrado no campo dos DH, as tensões advindas desse encontro, os limites que nascem a partir daí e as possibilidades da política em ação dada por esse encontro.

O que as leitoras e leitores encontrarão neste livro é uma análise do impacto da construção dos D-LGBT articulados ao campo dos DH tanto no nível legislativo e no nível executivo como no judiciário entre as experiências brasileiras e portuguesas.

Todavia, o livro traz uma série de debates que merecem destaque, pois, ao traçar esse percurso sobre os direitos sociais, a pesquisa permite enfrentar alguns dos debates mais contemporâneos, tais como a institucionalização dos direitos LGBT, as características dos ativismos nos dois países, os movimentos entre cooptação e avanços nas políticas institucionais e as possibilidades de tradução entre as experiências locais e o discurso dos direitos universalizantes.

Tomando a relação entre a igualdade e a diferença como a linha mestra de análise dos dados coletados nos dois países, a autora traz um amplo espectro de questões para serem pensadas e debatidas. Ao traçar essa história entre as cidades de Belo Horizonte e Lisboa, a autora nos permite observar historicamente como as estratégias de lutas políticas são contextualizadas e precisam ser reinventadas pelas próprias experiências em si.

O livro abre possibilidades de novas questões no campo dos DH que precisam ser enfrentadas, pois podem dinamizar o entendimento dos Direitos Humanos nos espectros internacional, nacional e local. Para aqueles e aquelas que se interessam pelos Direitos Humanos como um campo de articulação das diferenças e das igualdades entre as experiências locais e comparadas, este livro será um importante impulso.

Marco Aurélio Máximo Prado¹

1. Programa de Pós-graduação em Psicologia, Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT, Universidade Federal de Minas Gerais.